

## **Desafios políticos e dialógicos ao projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

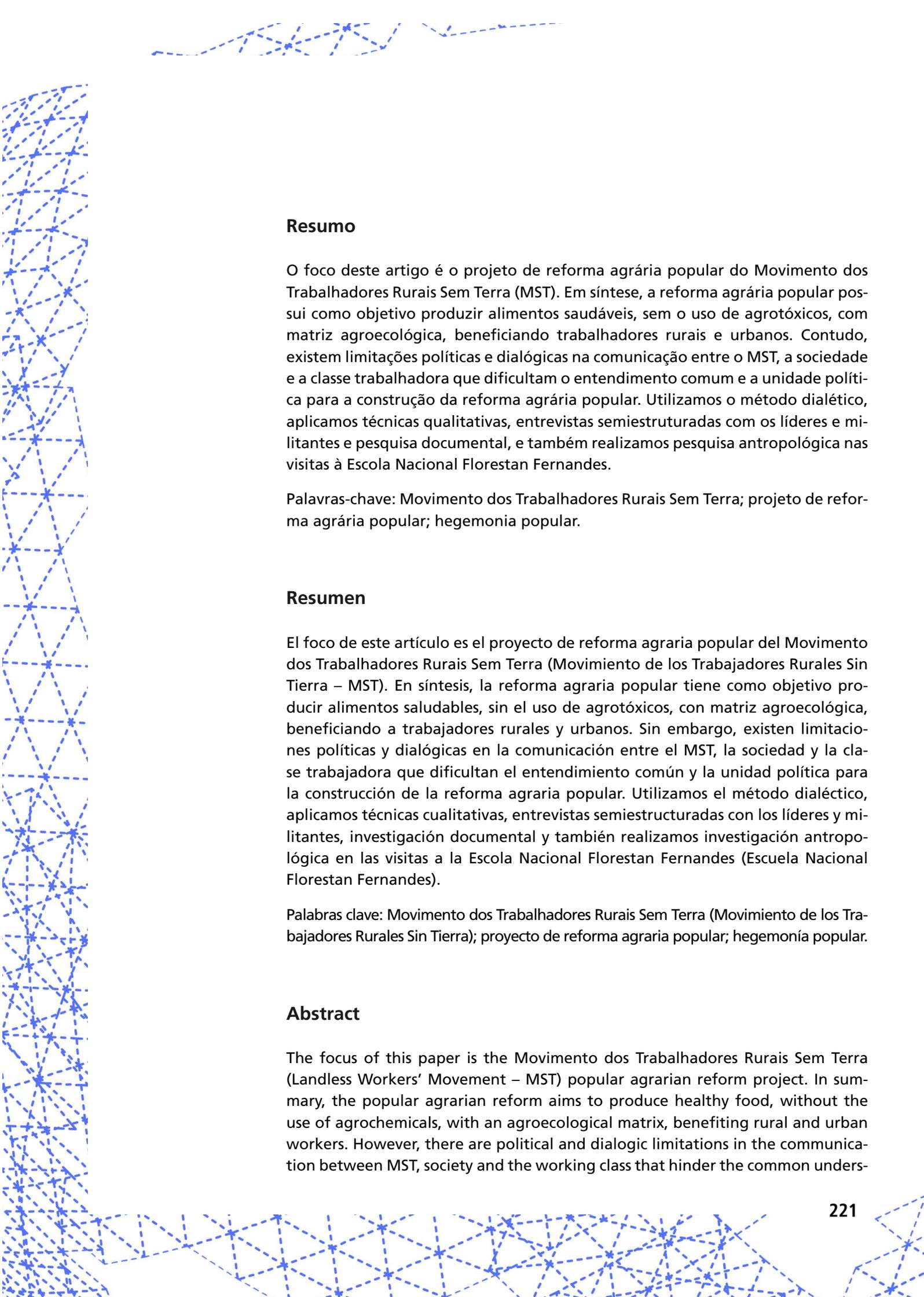
Desafíos políticos y dialógicos al proyecto de reforma agraria popular del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra)

Political and Dialogical Challenges for the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Workers' Movement) popular land reform project

**Pablo Nabarrete Bastos**

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Comunicação Social e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC) – Brasil.

Contato: [pablobastos@id.uff.br](mailto:pablobastos@id.uff.br)



## Resumo

O foco deste artigo é o projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em síntese, a reforma agrária popular possui como objetivo produzir alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, com matriz agroecológica, beneficiando trabalhadores rurais e urbanos. Contudo, existem limitações políticas e dialógicas na comunicação entre o MST, a sociedade e a classe trabalhadora que dificultam o entendimento comum e a unidade política para a construção da reforma agrária popular. Utilizamos o método dialético, aplicamos técnicas qualitativas, entrevistas semiestruturadas com os líderes e militantes e pesquisa documental, e também realizamos pesquisa antropológica nas visitas à Escola Nacional Florestan Fernandes.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; projeto de reforma agrária popular; hegemonia popular.

## Resumen

El foco de este artículo es el proyecto de reforma agraria popular del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra – MST). En síntesis, la reforma agraria popular tiene como objetivo producir alimentos saludables, sin el uso de agrotóxicos, con matriz agroecológica, beneficiando a trabajadores rurales y urbanos. Sin embargo, existen limitaciones políticas y dialógicas en la comunicación entre el MST, la sociedad y la clase trabajadora que dificultan el entendimiento común y la unidad política para la construcción de la reforma agraria popular. Utilizamos el método dialéctico, aplicamos técnicas cualitativas, entrevistas semiestruturadas con los líderes y militantes, investigación documental y también realizamos investigación antropológica en las visitas a la Escola Nacional Florestan Fernandes (Escuela Nacional Florestan Fernandes).

Palabras clave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra); proyecto de reforma agraria popular; hegemonía popular.

## Abstract

The focus of this paper is the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Workers' Movement – MST) popular agrarian reform project. In summary, the popular agrarian reform aims to produce healthy food, without the use of agrochemicals, with an agroecological matrix, benefiting rural and urban workers. However, there are political and dialogic limitations in the communication between MST, society and the working class that hinder the common unders-



tanding and the political unity for the construction of popular agrarian reform. We used the dialectical method and applied qualitative techniques, semi-structured interviews with leaders and militants, documental research and also carried out anthropological research in visits to the Escola Nacional Florestan Fernandes (National School Florestan Fernandes).

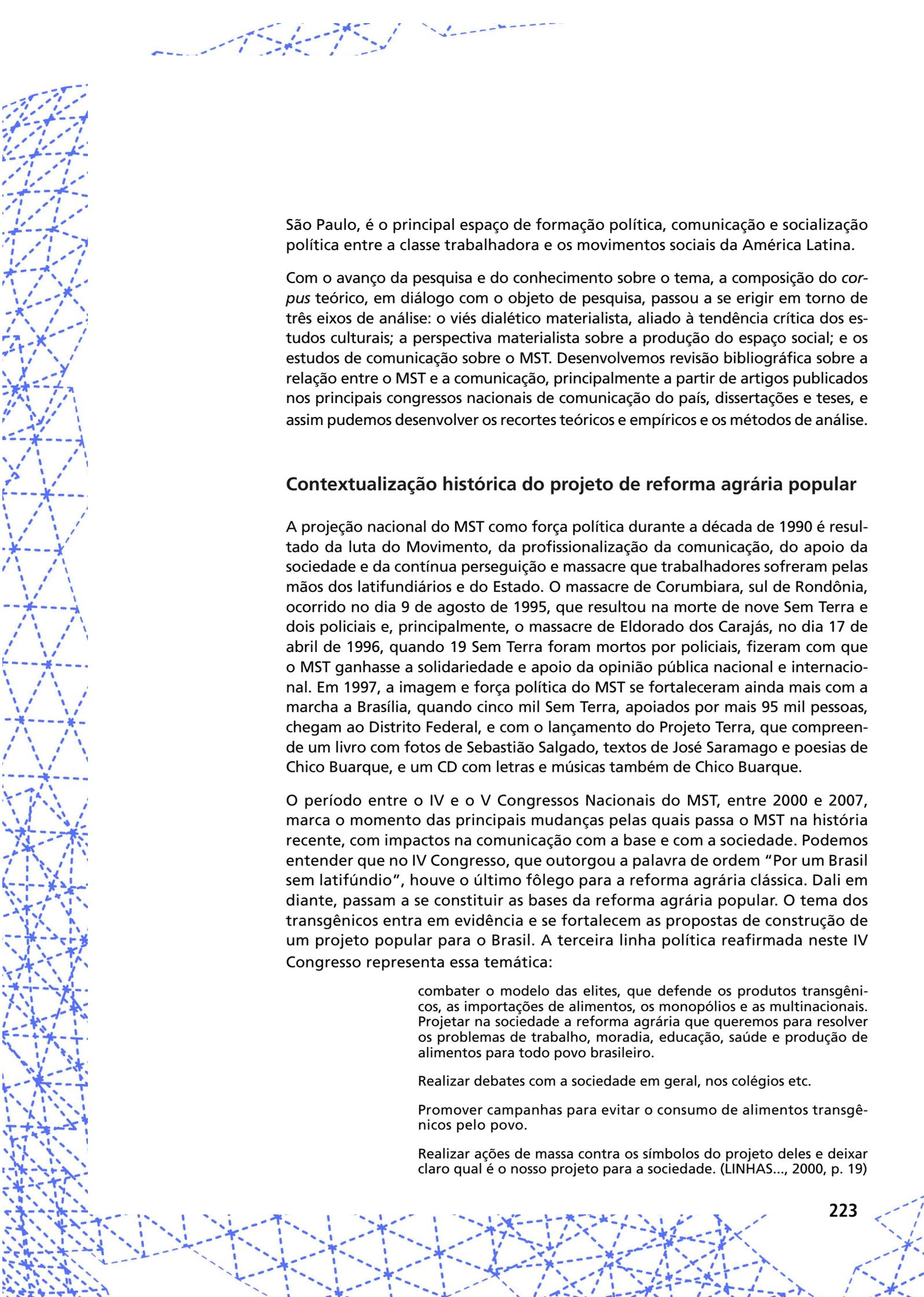
Keywords: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Workers' Movement); popular agrarian reform project; popular hegemony.

## Introdução

Este artigo apresenta resultados de pesquisa desenvolvida com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entre 2010 e 2015 (BASTOS, 2015) com o objetivo de compreender como se desenvolve historicamente a relação e articulação política entre o MST e a cidade, entre trabalhadores rurais e urbanos na luta pela hegemonia popular, a hegemonia da classe trabalhadora – o que implica compreender a capacidade dialógica do MST, a disposição e intencionalidade pedagógica e comunicativa para as alianças políticas e de classe com o trabalhador urbano. O foco deste artigo é o projeto de reforma agrária popular do Movimento, que se baseia em um projeto concreto de desenvolvimento para o campo e para o país ancorado na matriz agroecológica.

A discussão central junto à base, que vem desde meados da primeira década do ano 2000, trata do esgotamento histórico da possibilidade de se realizar uma reforma agrária clássica que, em síntese, significa a distribuição de terras com o propósito de gerar renda no campo, matéria-prima para a indústria e alimentos para a cidade e fortalecer o mercado interno. O MST propõe a chamada reforma agrária popular, por isso usa o lema, a palavra de ordem “Lutar, construir reforma agrária popular!”. O lema do congresso possui a função pedagógica e comunicativa de orientar a base e também apresentar a pauta e linha política do MST para a sociedade. A reforma agrária popular versa sobre um projeto de desenvolvimento para o campo, com o objetivo de produzir alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos, com matriz tecnológica agroecológica, beneficiando trabalhadores do campo e da cidade. Esse é o principal sentido do “popular” na proposta de reforma agrária do MST: esta interessa somente à classe trabalhadora, e não ao capital.

Foram realizadas entrevistas com dezessete militantes, a maioria dirigentes; fizemos oito visitas à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e pesquisa documental a partir de 136 edições do *Jornal Sem Terra* (JST), de cartilhas, de documentos de análise do VI Congresso Nacional do MST, do Programa Agrário do VI Congresso e de textos da página do MST na internet. Utilizamos o método dialético e aplicamos técnicas qualitativas, entrevistas semiestruturadas, com os dirigentes e militantes, e também realizamos pesquisa antropológica nas vistas à ENFF. A ENFF, localizada no bairro de Parateí, município de Guararema, estado de



São Paulo, é o principal espaço de formação política, comunicação e socialização política entre a classe trabalhadora e os movimentos sociais da América Latina.

Com o avanço da pesquisa e do conhecimento sobre o tema, a composição do *corpus* teórico, em diálogo com o objeto de pesquisa, passou a se erigir em torno de três eixos de análise: o viés dialético materialista, aliado à tendência crítica dos estudos culturais; a perspectiva materialista sobre a produção do espaço social; e os estudos de comunicação sobre o MST. Desenvolvemos revisão bibliográfica sobre a relação entre o MST e a comunicação, principalmente a partir de artigos publicados nos principais congressos nacionais de comunicação do país, dissertações e teses, e assim pudemos desenvolver os recortes teóricos e empíricos e os métodos de análise.

### **Contextualização histórica do projeto de reforma agrária popular**

A projeção nacional do MST como força política durante a década de 1990 é resultado da luta do Movimento, da profissionalização da comunicação, do apoio da sociedade e da contínua perseguição e massacre que trabalhadores sofreram pelas mãos dos latifundiários e do Estado. O massacre de Corumbiara, sul de Rondônia, ocorrido no dia 9 de agosto de 1995, que resultou na morte de nove Sem Terra e dois policiais e, principalmente, o massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996, quando 19 Sem Terra foram mortos por policiais, fizeram com que o MST ganhasse a solidariedade e apoio da opinião pública nacional e internacional. Em 1997, a imagem e força política do MST se fortaleceram ainda mais com a marcha a Brasília, quando cinco mil Sem Terra, apoiados por mais 95 mil pessoas, chegam ao Distrito Federal, e com o lançamento do Projeto Terra, que compreende um livro com fotos de Sebastião Salgado, textos de José Saramago e poesias de Chico Buarque, e um CD com letras e músicas também de Chico Buarque.

O período entre o IV e o V Congressos Nacionais do MST, entre 2000 e 2007, marca o momento das principais mudanças pelas quais passa o MST na história recente, com impactos na comunicação com a base e com a sociedade. Podemos entender que no IV Congresso, que outorgou a palavra de ordem “Por um Brasil sem latifúndio”, houve o último fôlego para a reforma agrária clássica. Dali em diante, passam a se constituir as bases da reforma agrária popular. O tema dos transgênicos entra em evidência e se fortalecem as propostas de construção de um projeto popular para o Brasil. A terceira linha política reafirmada neste IV Congresso representa essa temática:

combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro.

Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios etc.

Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo.

Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade. (LINHAS..., 2000, p. 19)

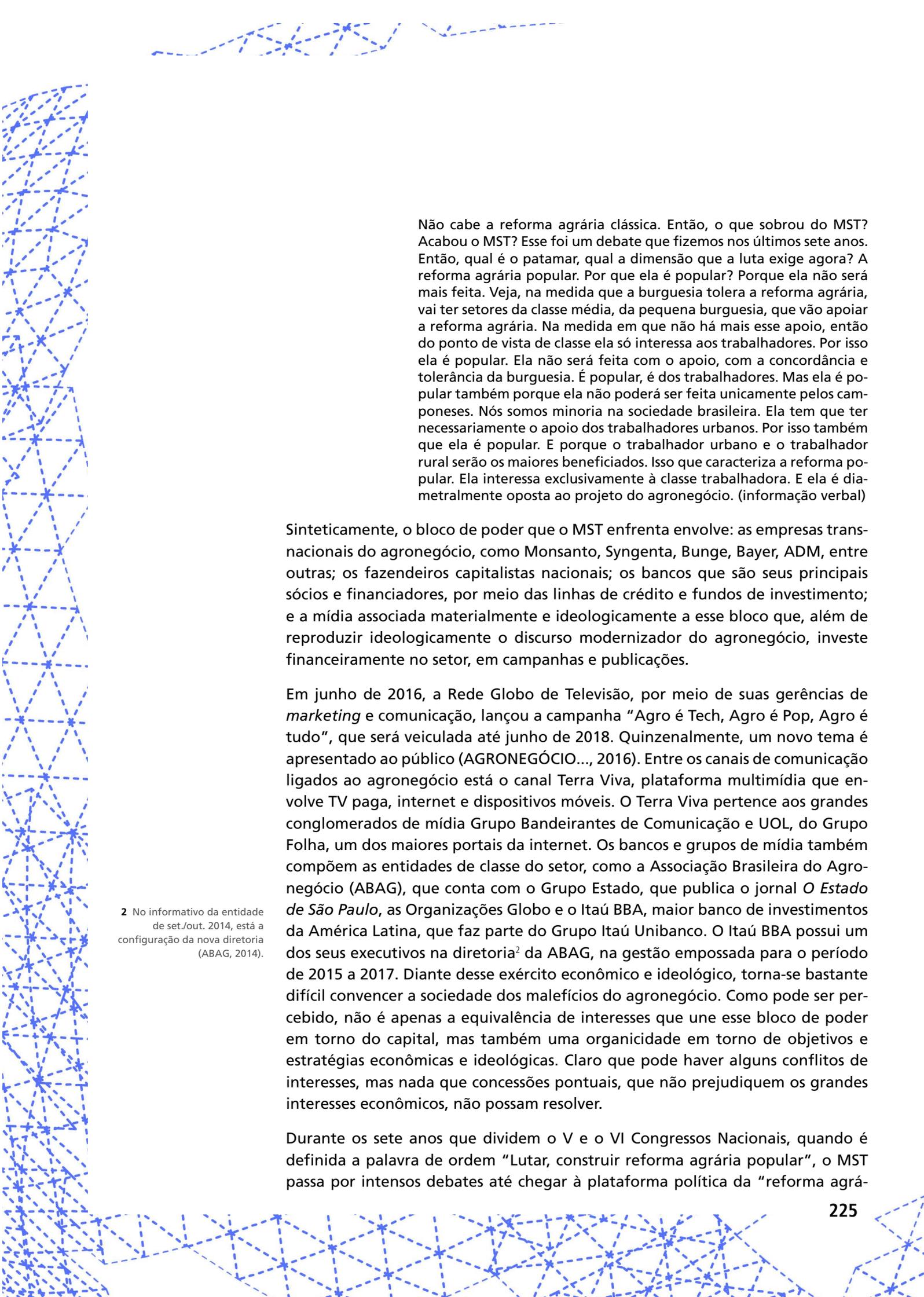


O tema da sustentabilidade também se intensifica. As discussões sobre a agroecologia já aparecem em matérias sobre a produção nos assentamentos desde 1994, mas, na atualidade, a sustentabilidade proporciona novos contornos à luta camponesa. A quarta linha política adotada no IV Congresso Nacional do MST fortalece a temática: “desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social” (LI-NHAS..., 2000, p. 19). A linha política sete salienta as alianças políticas com a classe trabalhadora da cidade na perspectiva do Projeto Popular: “articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular” (p. 19). O item nove segue o mesmo tema e destaca o Projeto Popular: “Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representem a construção de um projeto popular para o Brasil” (p. 19). E reafirma a percepção de que a luta pela reforma agrária precisa ser feita no campo e na cidade no 11º item: “continuar conscientizando a população do campo e da cidade sobre a importância da Reforma Agrária” (p. 19).

O V Congresso do MST foi realizado em Brasília, de 11 a 15 de junho, em 2007. A palavra de ordem adotada foi “Reforma agrária: por justiça social e soberania alimentar”, temática construída pelo MST com o fortalecimento da identidade camponesa na América Latina junto aos movimentos da Via Campesina. A bandeira da soberania alimentar caracterizou o crescimento político da Via Campesina. Inicialmente, na Conferência Mundial sobre Alimentação, em Roma, 1996, soberania alimentar foi definida pela Via Campesina como o direito de cada nação a desenvolver sua capacidade de produzir alimentos, com respeito à diversidade cultural e natural de cada território. Posteriormente, o conceito se ampliou e se fortaleceu politicamente, passando a indicar que os povos têm o direito de definir sua política agrícola (VIEIRA, [20--]).

A principal diferença entre o V Congresso e o VI Congresso, realizado no início de 2014, é que, em 2007, o principal sentido era resolver o problema da fome e o acesso à terra, enquanto em 2014 se propõe uma plataforma política e econômica ao Brasil. O artigo “As contradições do ‘moderno’ agronegócio”, de João Pedro Stédile (2007), escrito para a edição 278 do JST, evidencia as análises do MST sobre as mudanças da luta no campo, com o crescimento hegemônico do agronegócio. Nesse artigo, João Pedro avalia que, com as mudanças econômicas dos últimos anos, não há mais espaço para a reforma agrária clássica. O inimigo se tornou mais forte e mais complexo, sendo composto por empresas transnacionais, fazendeiros capitalistas e instituições que dão sustentação jurídica e ideológica, o Estado, o Poder Judiciário e os meios de comunicação, o que torna a luta mais politizada. Essa é a base de debates que erige a proposta de reforma agrária popular. Miguel Stédile<sup>1</sup> explica o fundamento da reforma agrária popular:

<sup>1</sup> O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.



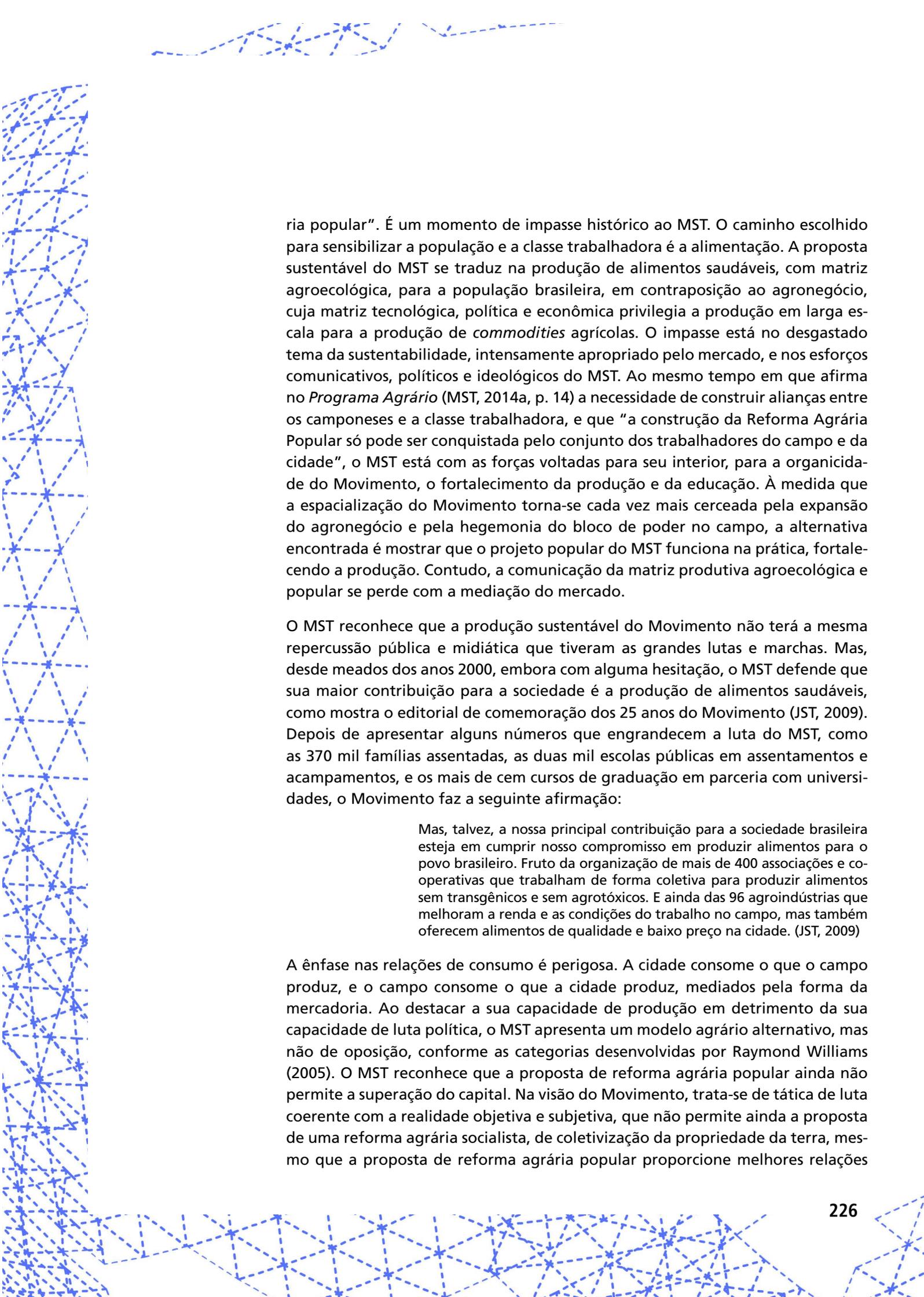
Não cabe a reforma agrária clássica. Então, o que sobrou do MST? Acabou o MST? Esse foi um debate que fizemos nos últimos sete anos. Então, qual é o patamar, qual a dimensão que a luta exige agora? A reforma agrária popular. Por que ela é popular? Porque ela não será mais feita. Veja, na medida que a burguesia tolera a reforma agrária, vai ter setores da classe média, da pequena burguesia, que vão apoiar a reforma agrária. Na medida em que não há mais esse apoio, então do ponto de vista de classe ela só interessa aos trabalhadores. Por isso ela é popular. Ela não será feita com o apoio, com a concordância e tolerância da burguesia. É popular, é dos trabalhadores. Mas ela é popular também porque ela não poderá ser feita unicamente pelos camponeses. Nós somos minoria na sociedade brasileira. Ela tem que ter necessariamente o apoio dos trabalhadores urbanos. Por isso também que ela é popular. E porque o trabalhador urbano e o trabalhador rural serão os maiores beneficiados. Isso que caracteriza a reforma popular. Ela interessa exclusivamente à classe trabalhadora. E ela é diametralmente oposta ao projeto do agronegócio. (informação verbal)

Sinteticamente, o bloco de poder que o MST enfrenta envolve: as empresas transnacionais do agronegócio, como Monsanto, Syngenta, Bunge, Bayer, ADM, entre outras; os fazendeiros capitalistas nacionais; os bancos que são seus principais sócios e financiadores, por meio das linhas de crédito e fundos de investimento; e a mídia associada materialmente e ideologicamente a esse bloco que, além de reproduzir ideologicamente o discurso modernizador do agronegócio, investe financeiramente no setor, em campanhas e publicações.

Em junho de 2016, a Rede Globo de Televisão, por meio de suas gerências de *marketing* e comunicação, lançou a campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”, que será veiculada até junho de 2018. Quinzenalmente, um novo tema é apresentado ao público (AGRONEGÓCIO..., 2016). Entre os canais de comunicação ligados ao agronegócio está o canal Terra Viva, plataforma multimídia que envolve TV paga, internet e dispositivos móveis. O Terra Viva pertence aos grandes conglomerados de mídia Grupo Bandeirantes de Comunicação e UOL, do Grupo Folha, um dos maiores portais da internet. Os bancos e grupos de mídia também compõem as entidades de classe do setor, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que conta com o Grupo Estado, que publica o jornal *O Estado de São Paulo*, as Organizações Globo e o Itaú BBA, maior banco de investimentos da América Latina, que faz parte do Grupo Itaú Unibanco. O Itaú BBA possui um dos seus executivos na diretoria<sup>2</sup> da ABAG, na gestão empossada para o período de 2015 a 2017. Diante desse exército econômico e ideológico, torna-se bastante difícil convencer a sociedade dos malefícios do agronegócio. Como pode ser percebido, não é apenas a equivalência de interesses que une esse bloco de poder em torno do capital, mas também uma organicidade em torno de objetivos e estratégias econômicas e ideológicas. Claro que pode haver alguns conflitos de interesses, mas nada que concessões pontuais, que não prejudiquem os grandes interesses econômicos, não possam resolver.

Durante os sete anos que dividem o V e o VI Congressos Nacionais, quando é definida a palavra de ordem “Lutar, construir reforma agrária popular”, o MST passa por intensos debates até chegar à plataforma política da “reforma agrá-

<sup>2</sup> No informativo da entidade de set./out. 2014, está a configuração da nova diretoria (ABAG, 2014).

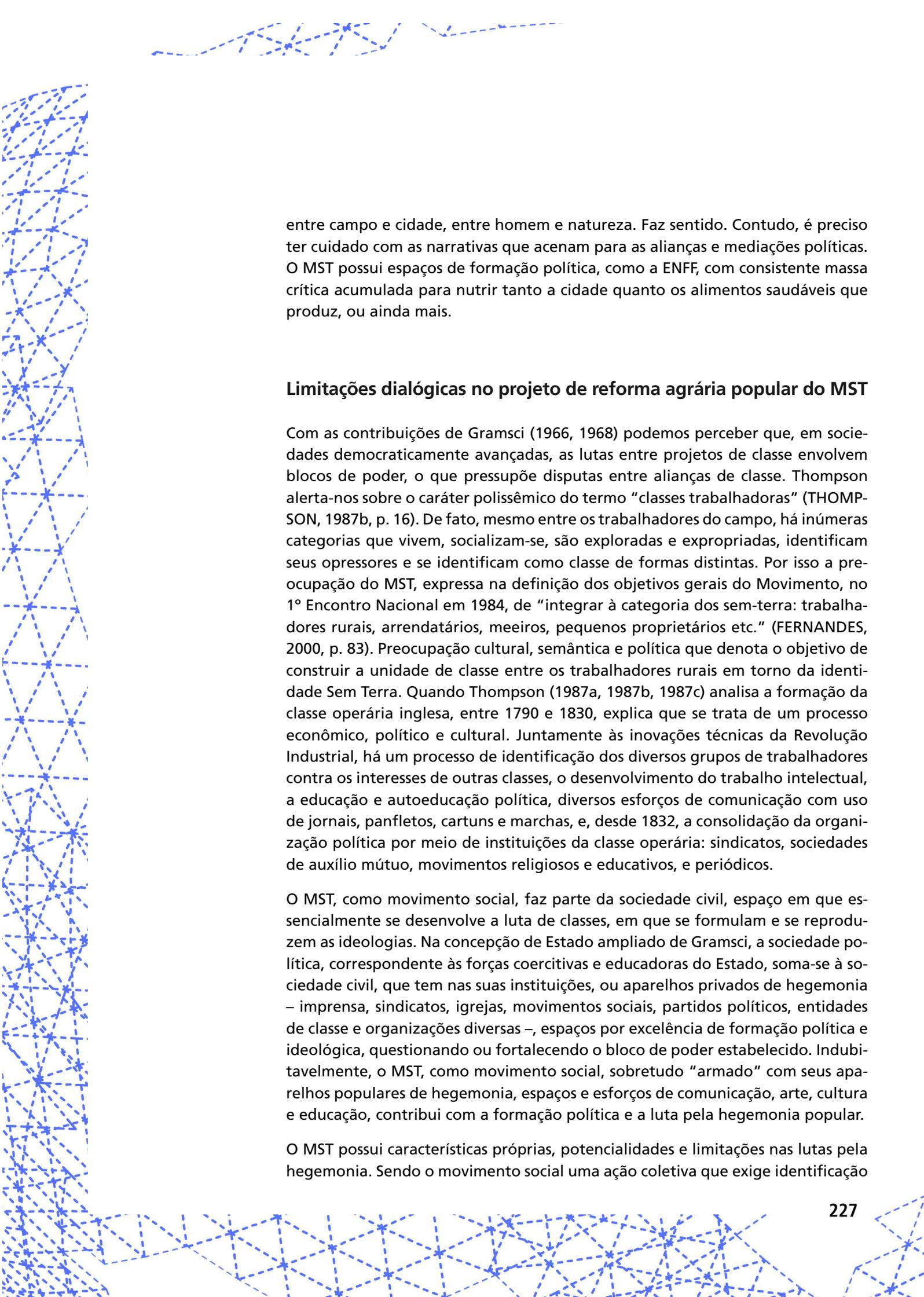


ria popular". É um momento de impasse histórico ao MST. O caminho escolhido para sensibilizar a população e a classe trabalhadora é a alimentação. A proposta sustentável do MST se traduz na produção de alimentos saudáveis, com matriz agroecológica, para a população brasileira, em contraposição ao agronegócio, cuja matriz tecnológica, política e econômica privilegia a produção em larga escala para a produção de *commodities* agrícolas. O impasse está no desgastado tema da sustentabilidade, intensamente apropriado pelo mercado, e nos esforços comunicativos, políticos e ideológicos do MST. Ao mesmo tempo em que afirma no *Programa Agrário* (MST, 2014a, p. 14) a necessidade de construir alianças entre os camponeses e a classe trabalhadora, e que "a construção da Reforma Agrária Popular só pode ser conquistada pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade", o MST está com as forças voltadas para seu interior, para a organicidade do Movimento, o fortalecimento da produção e da educação. À medida que a especialização do Movimento torna-se cada vez mais cerceada pela expansão do agronegócio e pela hegemonia do bloco de poder no campo, a alternativa encontrada é mostrar que o projeto popular do MST funciona na prática, fortalecendo a produção. Contudo, a comunicação da matriz produtiva agroecológica e popular se perde com a mediação do mercado.

O MST reconhece que a produção sustentável do Movimento não terá a mesma repercussão pública e midiática que tiveram as grandes lutas e marchas. Mas, desde meados dos anos 2000, embora com alguma hesitação, o MST defende que sua maior contribuição para a sociedade é a produção de alimentos saudáveis, como mostra o editorial de comemoração dos 25 anos do Movimento (JST, 2009). Depois de apresentar alguns números que engrandecem a luta do MST, como as 370 mil famílias assentadas, as duas mil escolas públicas em assentamentos e acampamentos, e os mais de cem cursos de graduação em parceria com universidades, o Movimento faz a seguinte afirmação:

Mas, talvez, a nossa principal contribuição para a sociedade brasileira esteja em cumprir nosso compromisso em produzir alimentos para o povo brasileiro. Fruto da organização de mais de 400 associações e cooperativas que trabalham de forma coletiva para produzir alimentos sem transgênicos e sem agrotóxicos. E ainda das 96 agroindústrias que melhoram a renda e as condições do trabalho no campo, mas também oferecem alimentos de qualidade e baixo preço na cidade. (JST, 2009)

A ênfase nas relações de consumo é perigosa. A cidade consome o que o campo produz, e o campo consome o que a cidade produz, mediados pela forma da mercadoria. Ao destacar a sua capacidade de produção em detrimento da sua capacidade de luta política, o MST apresenta um modelo agrário alternativo, mas não de oposição, conforme as categorias desenvolvidas por Raymond Williams (2005). O MST reconhece que a proposta de reforma agrária popular ainda não permite a superação do capital. Na visão do Movimento, trata-se de tática de luta coerente com a realidade objetiva e subjetiva, que não permite ainda a proposta de uma reforma agrária socialista, de coletivização da propriedade da terra, mesmo que a proposta de reforma agrária popular proporcione melhores relações



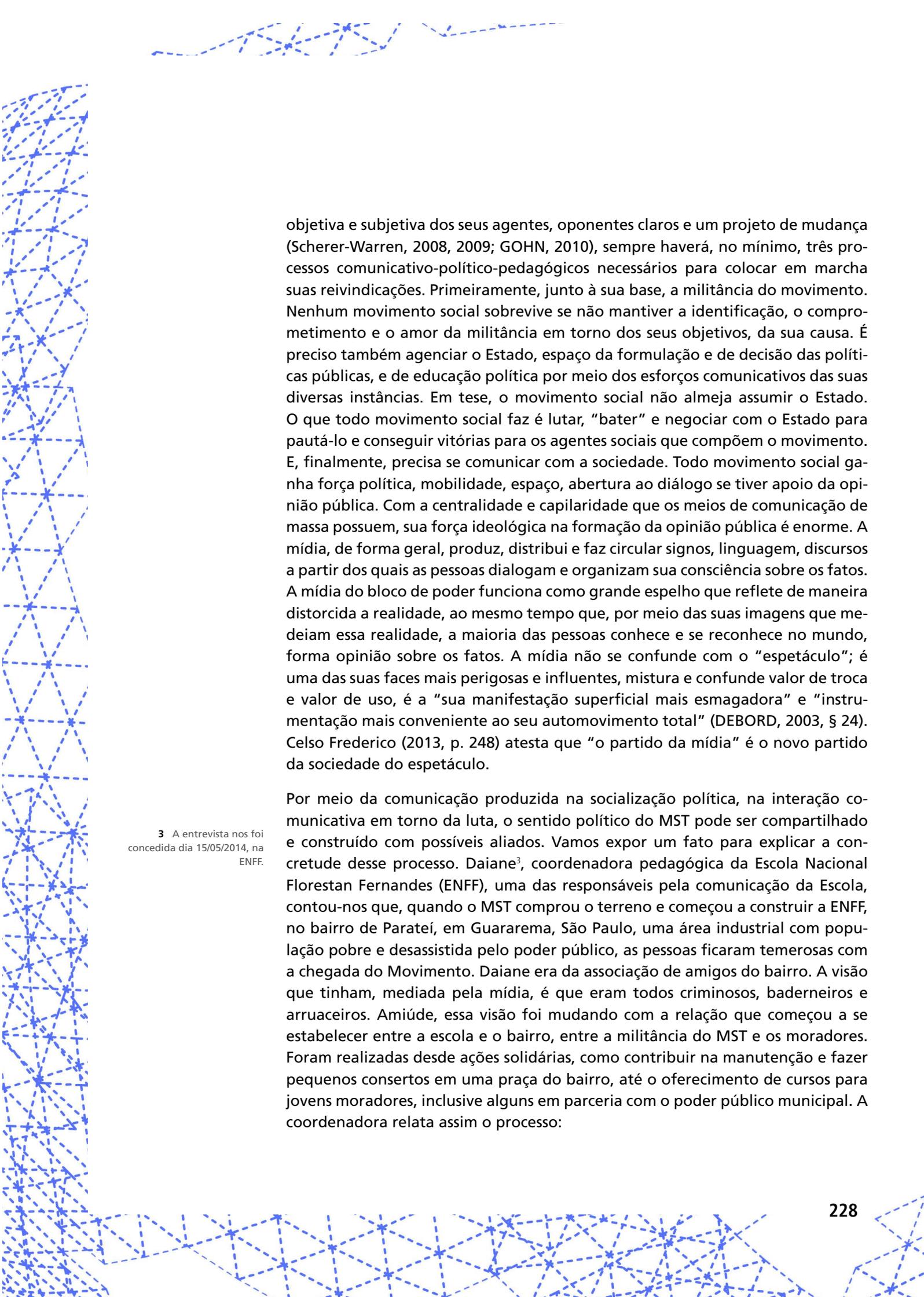
entre campo e cidade, entre homem e natureza. Faz sentido. Contudo, é preciso ter cuidado com as narrativas que acenam para as alianças e mediações políticas. O MST possui espaços de formação política, como a ENFF, com consistente massa crítica acumulada para nutrir tanto a cidade quanto os alimentos saudáveis que produz, ou ainda mais.

### **Limitações dialógicas no projeto de reforma agrária popular do MST**

Com as contribuições de Gramsci (1966, 1968) podemos perceber que, em sociedades democraticamente avançadas, as lutas entre projetos de classe envolvem blocos de poder, o que pressupõe disputas entre alianças de classe. Thompson alerta-nos sobre o caráter polissêmico do termo “classes trabalhadoras” (THOMPSON, 1987b, p. 16). De fato, mesmo entre os trabalhadores do campo, há inúmeras categorias que vivem, socializam-se, são exploradas e expropriadas, identificam seus opressores e se identificam como classe de formas distintas. Por isso a preocupação do MST, expressa na definição dos objetivos gerais do Movimento, no 1º Encontro Nacional em 1984, de “integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc.” (FERNANDES, 2000, p. 83). Preocupação cultural, semântica e política que denota o objetivo de construir a unidade de classe entre os trabalhadores rurais em torno da identidade Sem Terra. Quando Thompson (1987a, 1987b, 1987c) analisa a formação da classe operária inglesa, entre 1790 e 1830, explica que se trata de um processo econômico, político e cultural. Juntamente às inovações técnicas da Revolução Industrial, há um processo de identificação dos diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes, o desenvolvimento do trabalho intelectual, a educação e autoeducação política, diversos esforços de comunicação com uso de jornais, panfletos, cartuns e marchas, e, desde 1832, a consolidação da organização política por meio de instituições da classe operária: sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, e periódicos.

O MST, como movimento social, faz parte da sociedade civil, espaço em que essencialmente se desenvolve a luta de classes, em que se formulam e se reproduzem as ideologias. Na concepção de Estado ampliado de Gramsci, a sociedade política, correspondente às forças coercitivas e educadoras do Estado, soma-se à sociedade civil, que tem nas suas instituições, ou aparelhos privados de hegemonia – imprensa, sindicatos, igrejas, movimentos sociais, partidos políticos, entidades de classe e organizações diversas –, espaços por excelência de formação política e ideológica, questionando ou fortalecendo o bloco de poder estabelecido. Indubitavelmente, o MST, como movimento social, sobretudo “armado” com seus aparelhos populares de hegemonia, espaços e esforços de comunicação, arte, cultura e educação, contribui com a formação política e a luta pela hegemonia popular.

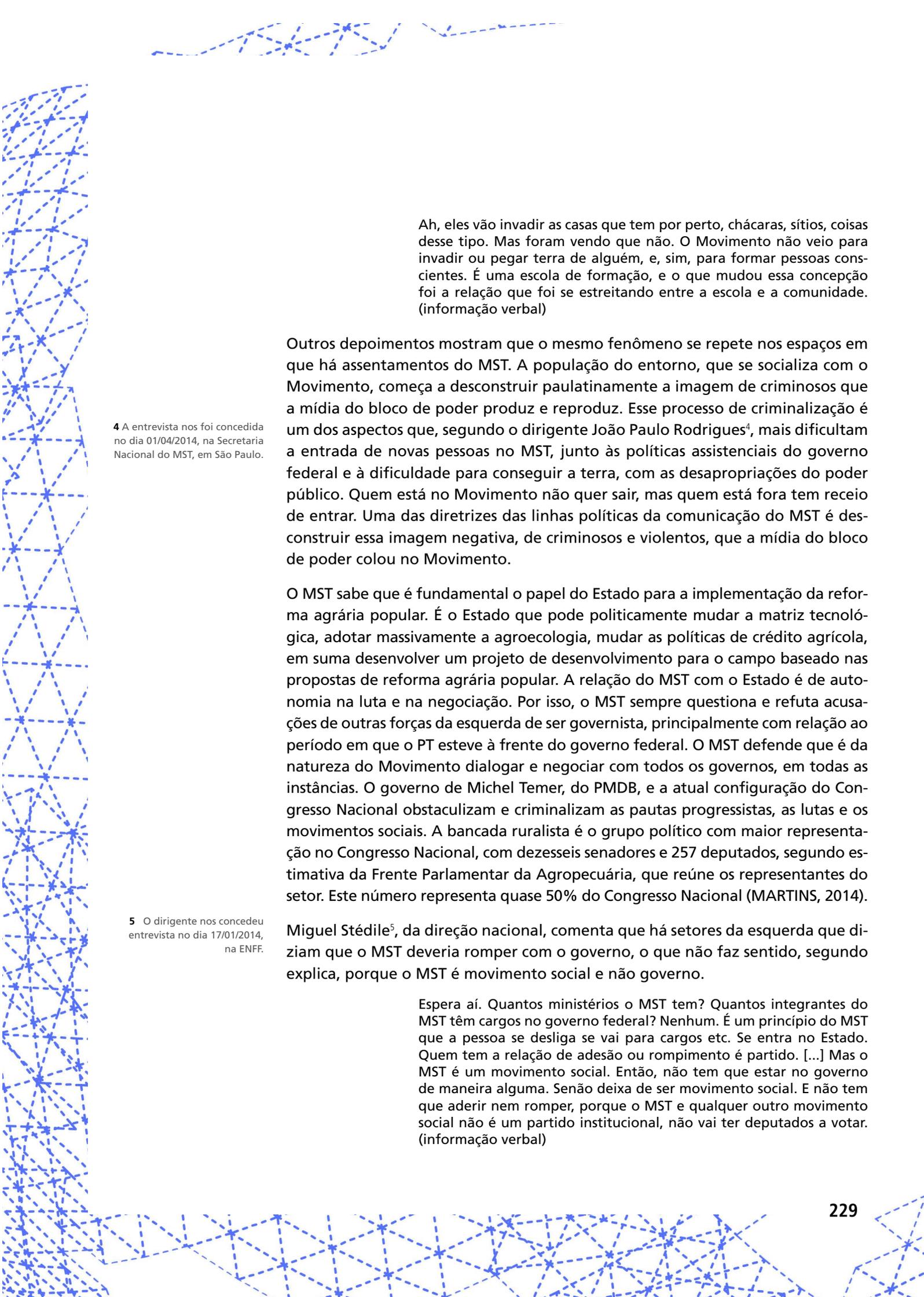
O MST possui características próprias, potencialidades e limitações nas lutas pela hegemonia. Sendo o movimento social uma ação coletiva que exige identificação



objetiva e subjetiva dos seus agentes, oponentes claros e um projeto de mudança (Scherer-Warren, 2008, 2009; GOHN, 2010), sempre haverá, no mínimo, três processos comunicativo-político-pedagógicos necessários para colocar em marcha suas reivindicações. Primeiramente, junto à sua base, a militância do movimento. Nenhum movimento social sobrevive se não mantiver a identificação, o comprometimento e o amor da militância em torno dos seus objetivos, da sua causa. É preciso também agenciar o Estado, espaço da formulação e de decisão das políticas públicas, e de educação política por meio dos esforços comunicativos das suas diversas instâncias. Em tese, o movimento social não almeja assumir o Estado. O que todo movimento social faz é lutar, “bater” e negociar com o Estado para pautá-lo e conseguir vitórias para os agentes sociais que compõem o movimento. E, finalmente, precisa se comunicar com a sociedade. Todo movimento social ganha força política, mobilidade, espaço, abertura ao diálogo se tiver apoio da opinião pública. Com a centralidade e capilaridade que os meios de comunicação de massa possuem, sua força ideológica na formação da opinião pública é enorme. A mídia, de forma geral, produz, distribui e faz circular signos, linguagem, discursos a partir dos quais as pessoas dialogam e organizam sua consciência sobre os fatos. A mídia do bloco de poder funciona como grande espelho que reflete de maneira distorcida a realidade, ao mesmo tempo que, por meio das suas imagens que medeiam essa realidade, a maioria das pessoas conhece e se reconhece no mundo, forma opinião sobre os fatos. A mídia não se confunde com o “espetáculo”; é uma das suas faces mais perigosas e influentes, mistura e confunde valor de troca e valor de uso, é a “sua manifestação superficial mais esmagadora” e “instrumentação mais conveniente ao seu automovimento total” (DEBORD, 2003, § 24). Celso Frederico (2013, p. 248) atesta que “o partido da mídia” é o novo partido da sociedade do espetáculo.

3 A entrevista nos foi concedida dia 15/05/2014, na ENFF.

Por meio da comunicação produzida na socialização política, na interação comunicativa em torno da luta, o sentido político do MST pode ser compartilhado e construído com possíveis aliados. Vamos expor um fato para explicar a concretude desse processo. Daiane<sup>3</sup>, coordenadora pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), uma das responsáveis pela comunicação da Escola, contou-nos que, quando o MST comprou o terreno e começou a construir a ENFF, no bairro de Parateí, em Guararema, São Paulo, uma área industrial com população pobre e desassistida pelo poder público, as pessoas ficaram temerosas com a chegada do Movimento. Daiane era da associação de amigos do bairro. A visão que tinham, mediada pela mídia, é que eram todos criminosos, baderneiros e arruaceiros. Amiúde, essa visão foi mudando com a relação que começou a se estabelecer entre a escola e o bairro, entre a militância do MST e os moradores. Foram realizadas desde ações solidárias, como contribuir na manutenção e fazer pequenos consertos em uma praça do bairro, até o oferecimento de cursos para jovens moradores, inclusive alguns em parceria com o poder público municipal. A coordenadora relata assim o processo:



Ah, eles vão invadir as casas que tem por perto, chácaras, sítios, coisas desse tipo. Mas foram vendo que não. O Movimento não veio para invadir ou pegar terra de alguém, e, sim, para formar pessoas conscientes. É uma escola de formação, e o que mudou essa concepção foi a relação que foi se estreitando entre a escola e a comunidade. (informação verbal)

4 A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

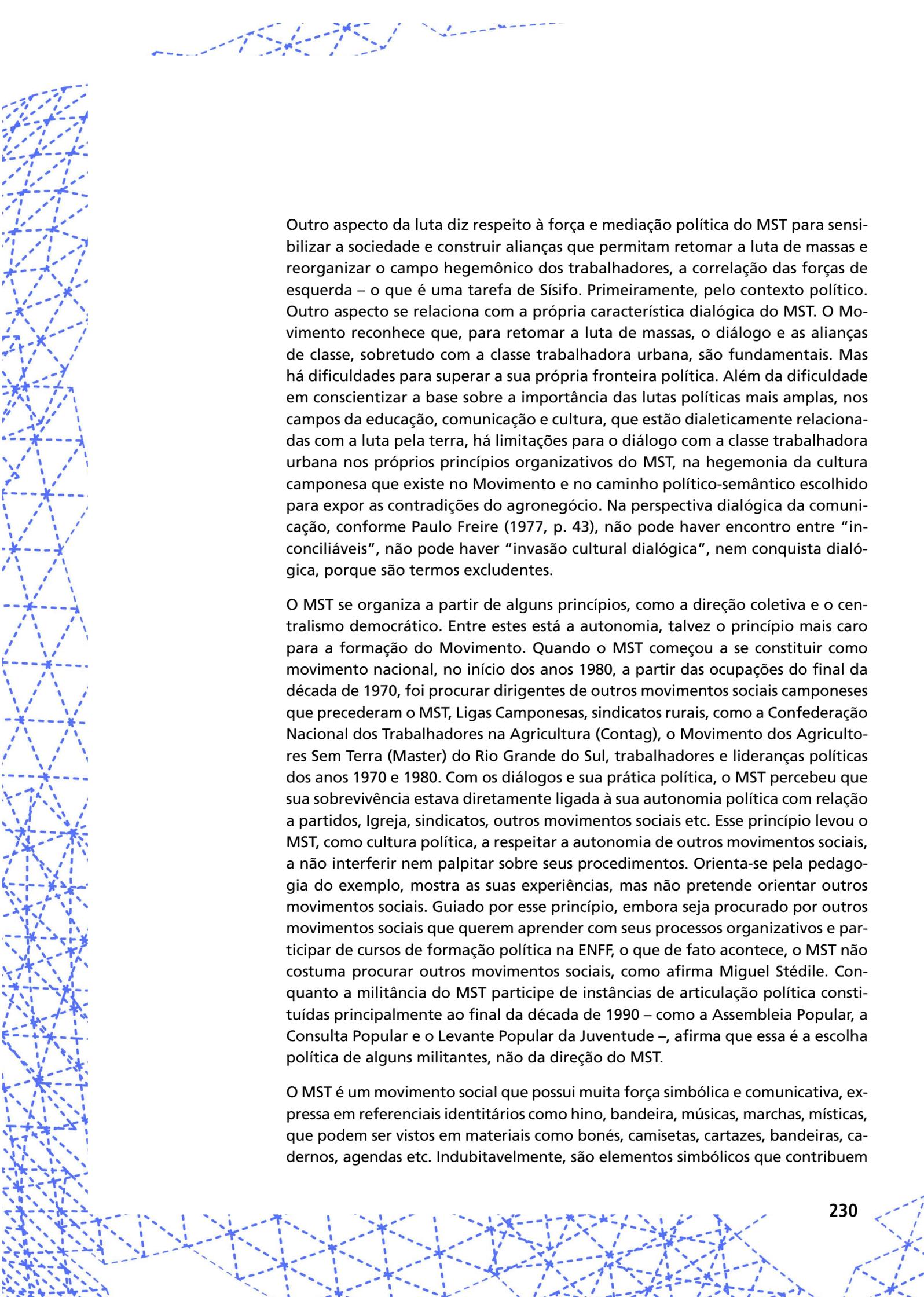
Outros depoimentos mostram que o mesmo fenômeno se repete nos espaços em que há assentamentos do MST. A população do entorno, que se socializa com o Movimento, começa a desconstruir paulatinamente a imagem de criminosos que a mídia do bloco de poder produz e reproduz. Esse processo de criminalização é um dos aspectos que, segundo o dirigente João Paulo Rodrigues<sup>4</sup>, mais dificultam a entrada de novas pessoas no MST, junto às políticas assistenciais do governo federal e à dificuldade para conseguir a terra, com as desapropriações do poder público. Quem está no Movimento não quer sair, mas quem está fora tem receio de entrar. Uma das diretrizes das linhas políticas da comunicação do MST é desconstruir essa imagem negativa, de criminosos e violentos, que a mídia do bloco de poder colou no Movimento.

O MST sabe que é fundamental o papel do Estado para a implementação da reforma agrária popular. É o Estado que pode politicamente mudar a matriz tecnológica, adotar massivamente a agroecologia, mudar as políticas de crédito agrícola, em suma desenvolver um projeto de desenvolvimento para o campo baseado nas propostas de reforma agrária popular. A relação do MST com o Estado é de autonomia na luta e na negociação. Por isso, o MST sempre questiona e refuta acusações de outras forças da esquerda de ser governista, principalmente com relação ao período em que o PT esteve à frente do governo federal. O MST defende que é da natureza do Movimento dialogar e negociar com todos os governos, em todas as instâncias. O governo de Michel Temer, do PMDB, e a atual configuração do Congresso Nacional obstaculizam e criminalizam as pautas progressistas, as lutas e os movimentos sociais. A bancada ruralista é o grupo político com maior representação no Congresso Nacional, com dezesseis senadores e 257 deputados, segundo estimativa da Frente Parlamentar da Agropecuária, que reúne os representantes do setor. Este número representa quase 50% do Congresso Nacional (MARTINS, 2014).

5 O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

Miguel Stédile<sup>5</sup>, da direção nacional, comenta que há setores da esquerda que dizem que o MST deveria romper com o governo, o que não faz sentido, segundo explica, porque o MST é movimento social e não governo.

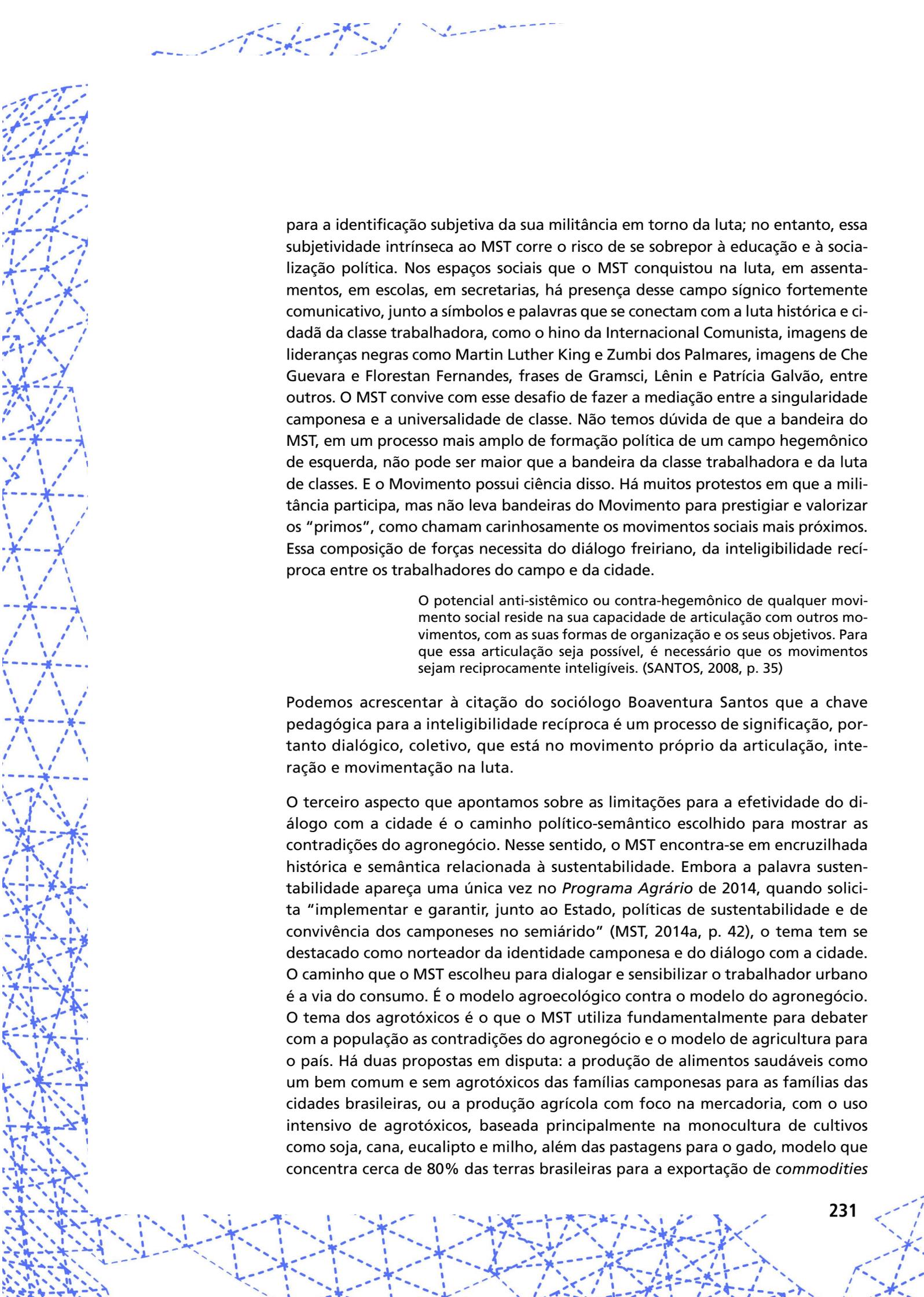
Espera aí. Quantos ministérios o MST tem? Quantos integrantes do MST têm cargos no governo federal? Nenhum. É um princípio do MST que a pessoa se desliga se vai para cargos etc. Se entra no Estado. Quem tem a relação de adesão ou rompimento é partido. [...] Mas o MST é um movimento social. Então, não tem que estar no governo de maneira alguma. Senão deixa de ser movimento social. E não tem que aderir nem romper, porque o MST e qualquer outro movimento social não é um partido institucional, não vai ter deputados a votar. (informação verbal)



Outro aspecto da luta diz respeito à força e mediação política do MST para sensibilizar a sociedade e construir alianças que permitam retomar a luta de massas e reorganizar o campo hegemônico dos trabalhadores, a correlação das forças de esquerda – o que é uma tarefa de Sísifo. Primeiramente, pelo contexto político. Outro aspecto se relaciona com a própria característica dialógica do MST. O Movimento reconhece que, para retomar a luta de massas, o diálogo e as alianças de classe, sobretudo com a classe trabalhadora urbana, são fundamentais. Mas há dificuldades para superar a sua própria fronteira política. Além da dificuldade em conscientizar a base sobre a importância das lutas políticas mais amplas, nos campos da educação, comunicação e cultura, que estão dialeticamente relacionadas com a luta pela terra, há limitações para o diálogo com a classe trabalhadora urbana nos próprios princípios organizativos do MST, na hegemonia da cultura camponesa que existe no Movimento e no caminho político-semântico escolhido para expor as contradições do agronegócio. Na perspectiva dialógica da comunicação, conforme Paulo Freire (1977, p. 43), não pode haver encontro entre “inconciliáveis”, não pode haver “invasão cultural dialógica”, nem conquista dialógica, porque são termos excludentes.

O MST se organiza a partir de alguns princípios, como a direção coletiva e o centralismo democrático. Entre estes está a autonomia, talvez o princípio mais caro para a formação do Movimento. Quando o MST começou a se constituir como movimento nacional, no início dos anos 1980, a partir das ocupações do final da década de 1970, foi procurar dirigentes de outros movimentos sociais camponeses que precederam o MST, Ligas Camponesas, sindicatos rurais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) do Rio Grande do Sul, trabalhadores e lideranças políticas dos anos 1970 e 1980. Com os diálogos e sua prática política, o MST percebeu que sua sobrevivência estava diretamente ligada à sua autonomia política com relação a partidos, Igreja, sindicatos, outros movimentos sociais etc. Esse princípio levou o MST, como cultura política, a respeitar a autonomia de outros movimentos sociais, a não interferir nem palpitar sobre seus procedimentos. Orienta-se pela pedagogia do exemplo, mostra as suas experiências, mas não pretende orientar outros movimentos sociais. Guiado por esse princípio, embora seja procurado por outros movimentos sociais que querem aprender com seus processos organizativos e participar de cursos de formação política na ENFF, o que de fato acontece, o MST não costuma procurar outros movimentos sociais, como afirma Miguel Stédile. Conquanto a militância do MST participe de instâncias de articulação política constituídas principalmente ao final da década de 1990 – como a Assembleia Popular, a Consulta Popular e o Levante Popular da Juventude –, afirma que essa é a escolha política de alguns militantes, não da direção do MST.

O MST é um movimento social que possui muita força simbólica e comunicativa, expressa em referenciais identitários como hino, bandeira, músicas, marchas, místicas, que podem ser vistos em materiais como bonés, camisetas, cartazes, bandeiras, cadernos, agendas etc. Indubitavelmente, são elementos simbólicos que contribuem



para a identificação subjetiva da sua militância em torno da luta; no entanto, essa subjetividade intrínseca ao MST corre o risco de se sobrepor à educação e à socialização política. Nos espaços sociais que o MST conquistou na luta, em assentamentos, em escolas, em secretarias, há presença desse campo sógnico fortemente comunicativo, junto a símbolos e palavras que se conectam com a luta histórica e cidadã da classe trabalhadora, como o hino da Internacional Comunista, imagens de lideranças negras como Martin Luther King e Zumbi dos Palmares, imagens de Che Guevara e Florestan Fernandes, frases de Gramsci, Lênin e Patrícia Galvão, entre outros. O MST convive com esse desafio de fazer a mediação entre a singularidade camponesa e a universalidade de classe. Não temos dúvida de que a bandeira do MST, em um processo mais amplo de formação política de um campo hegemônico de esquerda, não pode ser maior que a bandeira da classe trabalhadora e da luta de classes. E o Movimento possui ciência disso. Há muitos protestos em que a militância participa, mas não leva bandeiras do Movimento para prestigiar e valorizar os “primos”, como chamam carinhosamente os movimentos sociais mais próximos. Essa composição de forças necessita do diálogo freiriano, da inteligibilidade recíproca entre os trabalhadores do campo e da cidade.

O potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos. Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis. (SANTOS, 2008, p. 35)

Podemos acrescentar à citação do sociólogo Boaventura Santos que a chave pedagógica para a inteligibilidade recíproca é um processo de significação, portanto dialógico, coletivo, que está no movimento próprio da articulação, interação e movimentação na luta.

O terceiro aspecto que apontamos sobre as limitações para a efetividade do diálogo com a cidade é o caminho político-semântico escolhido para mostrar as contradições do agronegócio. Nesse sentido, o MST encontra-se em encruzilhada histórica e semântica relacionada à sustentabilidade. Embora a palavra sustentabilidade apareça uma única vez no *Programa Agrário* de 2014, quando solicita “implementar e garantir, junto ao Estado, políticas de sustentabilidade e de convivência dos camponeses no semiárido” (MST, 2014a, p. 42), o tema tem se destacado como norteador da identidade camponesa e do diálogo com a cidade. O caminho que o MST escolheu para dialogar e sensibilizar o trabalhador urbano é a via do consumo. É o modelo agroecológico contra o modelo do agronegócio. O tema dos agrotóxicos é o que o MST utiliza fundamentalmente para debater com a população as contradições do agronegócio e o modelo de agricultura para o país. Há duas propostas em disputa: a produção de alimentos saudáveis como um bem comum e sem agrotóxicos das famílias camponesas para as famílias das cidades brasileiras, ou a produção agrícola com foco na mercadoria, com o uso intensivo de agrotóxicos, baseada principalmente na monocultura de cultivos como soja, cana, eucalipto e milho, além das pastagens para o gado, modelo que concentra cerca de 80% das terras brasileiras para a exportação de *commodities*



6 O site oficial da campanha é: CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. Disponível em: <<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

ao mercado global. Economia agrário-exportadora, como no período do Brasil Colônia, turbinada com o avanço das forças produtivas e do capital, superando cada vez mais as barreiras do espaço e do tempo.

Segundo dados do MST, só em 2013 as transnacionais do agronegócio enviaram 18 milhões de toneladas de milho para se transformar em etanol nos Estados Unidos (MST, 2014b, p. 19), o que já apresenta reflexo na oferta e no preço de muitos alimentos. Segundo pesquisas, a cana e a soja já tomaram o lugar de 31% das lavouras de arroz, 26% das de feijão e 35% das de trigo (MST, 2014b, p. 18). E essa produção em larga escala industrial é indissociável do uso intensivo de defensivos agrícolas, os agrotóxicos. Dados mostram que desde 2009 o brasileiro é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, consumindo aproximadamente cinco litros de veneno por ano. “E dos 50 venenos mais utilizados nas lavouras brasileiras, 22 são proibidos na União Europeia, o que faz com que o país seja o maior consumidor de agrotóxicos já banidos em outros locais do mundo” (MST, 2014b, p. 18). Esses dados, entre muitos outros, estão em documentos do MST e na *Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida*<sup>6</sup>, uma iniciativa do MST com diversas entidades, institutos de pesquisa, movimentos sociais, sindicais e estudantis. Entretanto, o alcance da campanha ainda é restrito aos círculos comprometidos e engajados com o tema, a maioria componente de entidades e movimentos participantes. Construir a unidade com aliados em torno do tema é importante, mas as transnacionais do agronegócio estão quase todos os dias na mídia do bloco de poder afirmando que alimentam a população brasileira com sustentabilidade. A sustentabilidade é algo que está na estrutura de sentimento deste momento histórico. Todavia, virou um discurso corriqueiro, banalizou-se. Está em desenhos animados, novelas, filmes etc. Em suma, foi apropriada pela indústria cultural, pela indústria do lazer e pelo mercado em geral. Como previu Debord (2003, § 193), é a cultura como “mercadoria vedete da sociedade espetacular”. Basta entrar no site de qualquer grande empresa e, invariavelmente, a sustentabilidade figura entre os valores defendidos, ainda que seja apenas retórica. A sustentabilidade está no discurso do capital e compõe milhares de campanhas institucionais veiculadas diariamente.

## Considerações finais

A reforma agrária popular proposta pelo MST parte da tradição camponesa para um projeto de modernização que abarca a totalidade, as contradições entre campo e cidade, e privilegia o trabalhador. Portanto, em nada se compara com o discurso de sustentabilidade da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e das transnacionais que atuam no setor. Essas entidades buscam na sustentabilidade uma forma de valorizar as mercadorias que produzem, associando-as ao discurso da responsabilidade ambiental, do capitalismo verde. Ainda que exista abissal distância entre a proposta popular do MST e o capitalismo verde propagado pelo bloco de poder hegemônico, essa é uma luta pela conquista de corações e mentes bastante desigual.



7 O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

A proposta de sustentabilidade do MST, de produzir alimentos saudáveis para a população brasileira sem o uso de agrotóxicos, utilizando a matriz tecnológica da agroecologia, está diretamente ligada à emergência da identidade camponesa e a dificuldades com a produção nos assentamentos, em modelo cooperativado ou não (MARQUES, 2010, p. 14). A noção de sustentabilidade do MST está ligada à proposta agroecológica que, por sua vez, ancora-se no diálogo e na valorização de saberes e diversidades sociais, culturais e ecológicas dos territórios locais (p. 14). Conforme Marta Inez Medeiros Marques, trata-se da reinvenção da luta camponesa e do campesinato, a partir de projeto político baseado na noção de sustentabilidade e, dialeticamente, na afirmação da identidade camponesa para a “superação do campesinato enquanto classe” (p. 17). Miguel Stédile<sup>7</sup> também demonstra perspectiva semelhante ao dizer que essa busca pela tradição camponesa pode representar um avanço para um futuro melhor, com alimentos saudáveis e melhor relação com a natureza e o território. É um discurso conservador culturalmente e progressista politicamente.

8 A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

Pensamos que a saída para o impasse histórico entre a luta para produzir mais nos assentamentos e a luta para comunicar e articular a aliança com o trabalhador urbano, fundamental para a hegemonia popular, está na educação. Não podemos deixar de concordar com Celso Frederico (2013, p. 247) quando afirma que a cultura não pode substituir a educação, que a integração crítica e revolucionária não pode prescindir do esforço universalizante da educação. A aproximação pela arte, cultura e linguagem necessita do amálgama da educação crítica e reflexiva para erigir a hegemonia popular. A ENFF possui potencial para ser esse espaço de construção da hegemonia popular por meio da sociabilidade entre os movimentos sociais, pela produção simbólica comum e pela educação universalizante, porém é um espaço em que prevalecem a hegemonia política e a cultura do MST, com pouca participação de movimentos populares urbanos representativos, sejam ligados às lutas por moradia, sejam centrais sindicais ou organizações estudantis. Há maior diálogo entre os movimentos sociais que compõem a Via Campesina, mas estes não possuem participação massiva e comunicação junto a outros movimentos populares e instâncias representativas do ambiente urbano. Conquanto o MST reconheça a centralidade da educação na luta pela hegemonia popular, há limitações na dimensão comunicativa da sua pedagogia. Não somente pelos aspectos apontados, da autonomia organizativa e da centralidade cultural, mas também pela fragilidade das alianças de classe com o trabalhador urbano. A massa crítica produzida pela pedagogia do MST precisa também despertar a fome dos trabalhadores urbanos porque, como constata João Paulo<sup>8</sup>, ainda não aproveitaram como poderiam o espaço de formação, comunicação e socialização política da ENFF.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG). **Informativo**, n. 94, v. 17, set./out. 2014. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/media/informativos/informativo-abag-94.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017

AGRONEGÓCIO é valorizado em campanha da Rede Globo. **G1**, 1 out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Marcha dialética do MST: formação política entre campo e cidade**. 2015. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-29062015-151022/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

DEBORD, Gui. **Sociedade do espetáculo**. [s.l.]: eBookLibris, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FREDERICO, Celso. **Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos**. São Paulo: Estudos Avançados, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., Caxambu, 17 a 20 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017

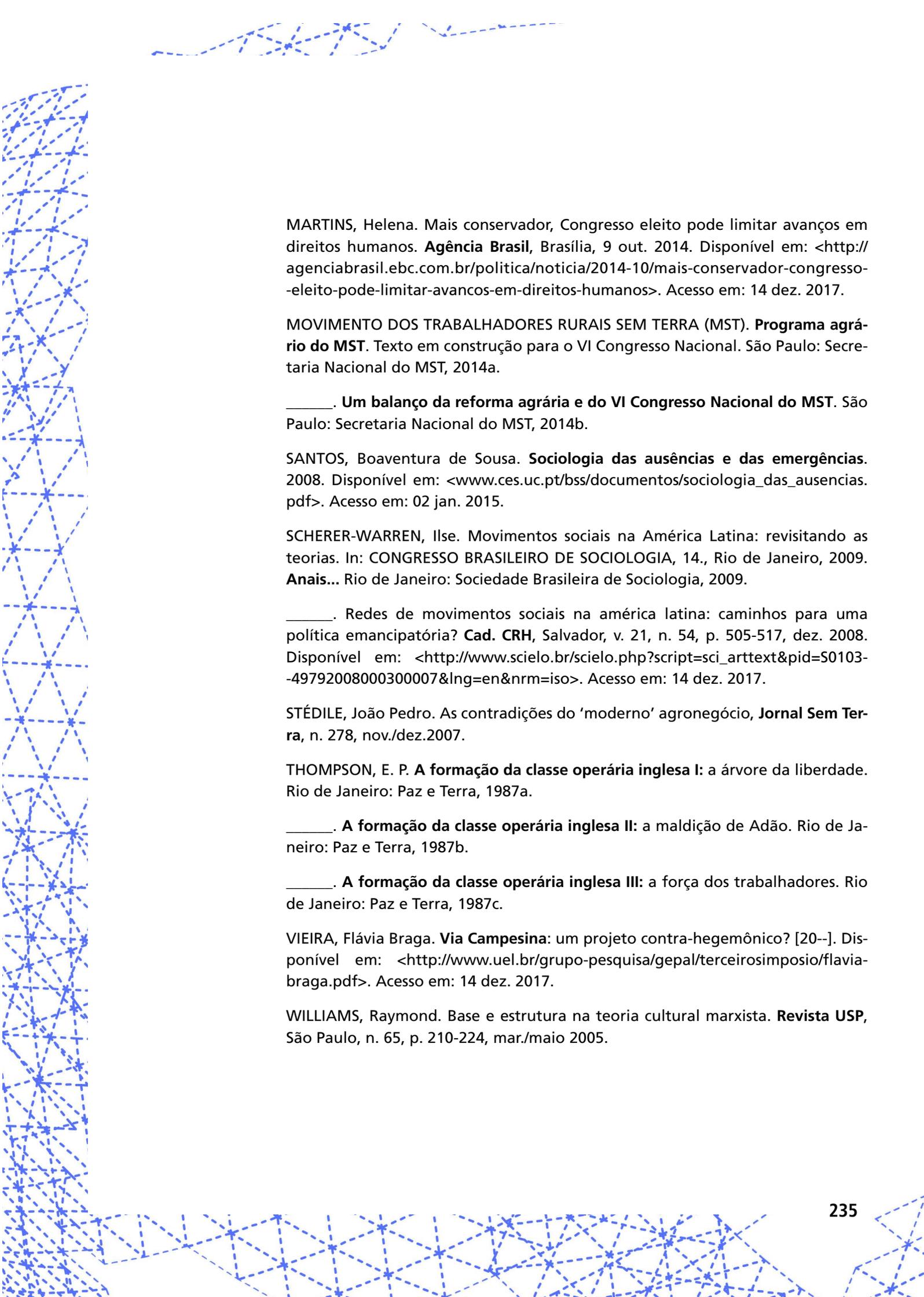
GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JORNAL SEM TERRA (JST), n. 289, jan./fev. 2009.

LINHAS políticas reafirmadas no 4<sup>a</sup> Congresso. **Jornal Sem Terra**, n. 203, ago. 2000, p. 19.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A emergência da identidade camponesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 29., Toronto, Canadá, 6 a 9 de outubro de 2010. **Anais...** Toronto: LASA, 2010.



MARTINS, Helena. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. **Agência Brasil**, Brasília, 9 out. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Programa agrário do MST**. Texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Um balanço da reforma agrária e do VI Congresso Nacional do MST**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Sociologia das ausências e das emergências**. 2008. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia\\_das\\_ausencias.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., Rio de Janeiro, 2009. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009.

\_\_\_\_\_. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

STÉDILE, João Pedro. As contradições do 'moderno' agronegócio, **Jornal Sem Terra**, n. 278, nov./dez.2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

VIEIRA, Flávia Braga. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?** [20--]. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flavia-braga.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

WILLIAMS, Raymond. Base e estrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar./maio 2005.